

O CAÇADOR DE BRUXAS: CARLO GINZBURG E A ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA COMO INQUISIÇÃO E SUSPEIÇÃO DO OUTRO

*Durval Muniz de Albuquerque Júnior*¹

Carlo Ginzburg, já em seu livro de estreia, publicado em 1966, analisa o processo através do qual um culto que teria características nitidamente populares foi pouco a pouco se modificando sob a pressão dos inquisidores, para finalmente assumir os lineamentos da feitiçaria tradicional.² Em *Os Andarilhos do Bem*, portanto, Ginzburg, utilizando-se da documentação do Santo Ofício, defende a tese de que o processo de caça às bruxas, empreendido pela Inquisição, termina por fabricar a própria bruxaria. Teólogos e inquisidores através da difusão de esquemas de interpretação acerca das superstições e crenças populares, veiculados em sermões, tratados e imagens, teriam elaborado a imagem da feitiçaria diabólica. Ginzburg trata, enfim, de como estes textos diabolizaram aquilo que não entendiam, que não conheciam: as formas de pensar, de conceber e explicar o mundo das camadas populares, seus cultos e rituais, que eram interpretados como demonstração de barbárie e de irracionalismo. As confissões das bruxas eram consideradas fantasias absurdas e eram arrancadas com ferocidade e superstição pelos juízes, que no curso dos processos, através da tortura e de “interrogatório sugestivos” modelavam através de seus esquemas de interpretação a fala dos inquiridos, para ver reafirmada, ao final da investigação, a tese, a ideia que já tinham desde o início do procedimento investigatório³. O conceito prévio de bruxaria ou de feitiçaria diabólica terminava por dar sentido a toda fala e a toda prática religiosa popular que escapava da obediência aos códigos da cultura letrada e da Igreja Católica.

Dez anos depois, em 1976, Carlo Ginzburg publica o livro que o consagraria como historiador em todo o mundo e que passaria a ser uma espécie de obra paradigmática do que se chamaria de micro-história italiana ou da utilização daquilo que o próprio Ginzburg, em outro texto famoso⁴, chamará de paradigma indiciário: *O Queijo e os Vermes*⁵. Neste livro vemos, mais uma vez, Ginzburg envolvido com a documentação inquisitorial, analisando um volumoso processo aberto contra o moleiro Domenico Scandella, dito Menocchio, acusado de sustentar que o mundo tinha sua origem na putrefação. No Arquivo da Cúria Episcopal de Udine, caçando bruxas, curandeiros e *benandanti*, o historiador italiano acaba por se deparar com a longa sentença emitida a partir de uma vasta documentação manuscrita, graças à qual teria podido saber quais eram as leituras do moleiro, quais as discussões

¹ Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Titular do Departamento de História e do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Presidente da Associação Nacional de História - ANPUH na Gestão 2009/2011.

² GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 8.

³ GINZBURG, *Os andarilhos...*, p. 9.

⁴ GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: _____. *Mitos, emblemas, Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

⁵ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

de que participara, seus pensamentos e sentimentos: temores, esperanças, ironias, raivas, desesperos. Através das fontes inquisitoriais e judiciárias, Ginzburg diz ter sentido, muitas vezes, Menocchio bem perto de nós, como se fora um de nós, sem deixar de perceber que era também um homem muito diferente de nós. Passa então a tentar entender esta diferença, reconstruir a fisionomia da cultura que permitiu a existência das ideias daquele camponês, analisar os filtros culturais através do qual lia os textos que lia, terminando por, a partir da análise do cotidiano e das ideias de um moleiro, desembocar numa hipótese geral sobre a cultura popular da Europa pré-industrial, que seria a de que existiria, neste momento, um relacionamento circular, feito de influências recíprocas entre a cultura das classes dominantes e a cultura das classes subalternas⁶.

No final da década seguinte, no ano de 1989, em livro oferecido à memória de seu pai, Leone Ginzburg, que morreu numa prisão durante o fascismo, e à sua mãe, a famosa escritora Natália Ginzburg, encontramos o grande nome da micro-história novamente às voltas com bruxas e feiticeiros, que se reuniam à noite, no campo ou na montanha, que às vezes chegavam voando, depois de terem untado o corpo com unguentos, montando bastões ou cabo de vassouras; em outras ocasiões, apareciam em garupas de animais ou então transformados eles próprios em bichos. Os que vinham pela primeira vez deviam renunciar à fé cristã, profanar os sacramentos e render homenagem ao diabo, presente sob a forma humana ou (mais frequentemente) como animal ou semi-animal. Antes de voltarem para casa estas bruxas e feiticeiros recebiam unguentos maléficos, produzidos com gorduras de criança e outros ingredientes. Em *História Noturna*, mais uma vez Ginzburg vai abordar como um dado conceito, o de sabá, como o conjunto de narrativas que se apoiavam neste conceito e que davam a ele um dado feixe de significados terminam por enquadrar e dar sentido, terminam por modelar práticas, crenças e discursos vindos das camadas populares. Ele se pergunta como e por que se cristalizou a imagem do sabá e que mecanismos ideológicos sustentaram a perseguição à feitiçaria na Europa, procurando reconstruir, também, as crenças das mulheres e dos homens acusados de bruxaria. As imagens do sabá tendiam a se repetir com extraordinária uniformidade tanto nas confissões dos participantes das reuniões noturnas, quanto nos tratados de demonologia, de um extremo ao outro da Europa, entre os princípios do século XV e o final do século XVII. O conceito de sabá servia para dar materialidade ao que seriam verdadeiras seitas de bruxas e feiticeiras, bem mais perigosas do que as figuras isoladas, conhecidas havia séculos, portadoras de malefícios ou do que a figura dos encantadores. Quem perseguia as bruxas, quem usava do conceito de sabá para nomear o que seria a reunião de muitas delas, utiliza de um conceito genérico, que homogeneiza o inimigo, o estigmatiza, em nome da prevenção do perigo ou dos malefícios que trariam, como também de evitar o encantamento que estes poderiam causar. A uniformidade das confissões, de suas práticas e discursos, seria uma prova da uniformidade e da onipresença dos sequazes destas seitas e de seus ritos horrendos que deveriam ser combatidos para que não se espalhassem perigosamente entre a população. “Portanto, seria o estereótipo do sabá o que sugeria aos juízes a possibilidade de arrancar dos imputados, por meio de pressões físicas e psicológicas, denúncias em série, as quais, por sua vez,

⁶ GINZBURG, *O queijo...*, p. 11-13.

desencadeavam verdadeiras ondas de caça às bruxas”⁷.

Podemos dizer, portanto, que a formação de Carlo Ginzburg como historiador esteve intimamente ligada à temática da bruxaria, da feitiçaria, da caça às bruxas. Talvez não seja muito difícil entender o interesse do historiador italiano por esta temática, além de representar a abordagem de elementos da cultura popular, além de ser um esforço para trazer para o interior da história a presença das classes subalternas, o seu cotidiano e modos de viver e pensar, premissas políticas e acadêmicas condizentes com o marxismo, postura política e teórica que herda de seus pais, esta temática também se relaciona com a vida de um historiador de descendência judia, que teve sua vida marcada pela morte do pai, graças à intolerância do fascismo. Em *História Noturna*, Ginzburg, citando H. R. Trevor-Hope, vai se referir à analogia existente entre a situação das bruxas e dos judeus na cultura europeia; tanto umas quanto outros serviriam, em dados momentos de recrudescimento das tensões sociais, nos momentos de crise, como bodes expiatórios sobre os quais se abatiam a raiva, o ódio e o desprezo daqueles vitimados pelo processo em curso. A hostilidade camponesa em relação à feitiçaria era semelhante ao anti-semitismo popular. A situação dos indivíduos acusados de bruxaria podia ser comparada à dos judeus perseguidos. A Inquisição se ocupava tanto do combate à bruxaria, como de todos aqueles indivíduos acusados de praticar ritos e professar crenças judaizantes. Não é difícil supor, portanto, que a inegável solidariedade de Ginzburg, o seu olhar generoso em relação àqueles homens e mulheres que na Europa pré-industrial foram acusados de bruxaria e feitiçaria, nasce de seu pertencimento a um grupo étnico que foi vítima ao longo da história de perseguições, genocídios, acusações e suspeitas de toda ordem. Em suas discussões no campo historiográfico, o Holocausto, a matança indiscriminada de judeus pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, guerra que ceifou a vida de seu pai, por ser judeu e comunista, aparece insistentemente como argumento para que se faça o combate ao que ele considera ser posturas relativistas, pós-modernas, irracionalistas, narrativistas que, ao porem em dúvida o que chama de princípio da realidade na história, abriam a possibilidade para a aceitação das teses negacionistas, das versões reviosinistas em relação a este evento monstruoso e incontornável para qualquer judeu.

No entanto, me parece, e esta será a tese que tentarei demonstrar ao longo deste texto, que Carlo Ginzburg não aprendeu com os processos inquisitoriais e judiciários que compulsou, com as pesquisas que realizou em torno da bruxaria e sua perseguição, apenas uma dada forma de pensar e escrever a história, não desenvolveu apenas uma dada metodologia, dadas convicções políticas e teóricas, mas ele aprendeu lendo, relendo, fichando, reproduzindo estes discursos, dados procedimentos retóricos, dadas estratégias narrativas, dados modos de argumentação: aprendeu a manejar dados tropos discursivos, fundamentais na urdidura de seus textos de crítica historiográfica. Tentarei argumentar no sentido de que a forma como Ginzburg enfrenta o debate no interior da disciplina histórica, a maneira como ele trava os debates com os congêneres com os quais não concorda, a forma como ele constrói seus argumentos contrários a seus colegas, as estratégias que escolhe para fazer o enfrentamento às ideias, às obras e aos autores dos quais diverge foi, em grande medida, aprendida, não apenas no interior da tradição

⁷ GINZBURG, Carlo. *História noturna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 10.

marxista, tradição política e acadêmica na qual se formou, da tradição acadêmica da disciplina histórica, na qual fez sua formação, notadamente naquela advinda da Escola dos Annales, mas principalmente da tradição retórica conformadora dos discursos judiciários, eclesiásticos, inquisitoriais, com a qual esteve em permanente contato em suas atividades de pesquisa. Carlo Ginzburg, ao assumir o lugar de sujeito de crítico historiográfico, me parece bem mais próximo do lugar de juiz e de inquisidor do que talvez ele tenha consciência ou suspeite. Contraditoriamente, o historiador judeu parece, em muitos momentos em que se coloca na condição de crítico de dadas visões da história e de dadas práticas historiográficas, muito próximo do carrasco, do caçador de bruxas, que encontra como personagens e possibilidades dos documentos e dos discursos que inventaria e lê. Suspeito que as estratégias que presidem o discurso inquisitorial, o discurso judiciário, terminam por ser assimiladas por Ginzburg, que as manipula, no momento em que, ele também, tem que abater e remeter para a margem uma dada compreensão da história, um dado autor e uma dada obra, que são por ele considerados perigosos e ameaçadores para a historiografia e para os fins políticos e sociais que o discurso historiográfico deve atender. Tentarei descrever certos procedimentos retóricos e analíticos adotados por Ginzburg em seus textos de crítica historiográfica e mostrar a proximidade com procedimentos da mesma natureza presentes nos discursos jurídico e inquisitorial.

Tanto em *Os Andarilhos do Bem* como em *História Noturna*, Ginzburg vai tratar de um procedimento retórico estratégico do discurso inquisitorial e judiciário: a submissão da variedade das manifestações das crenças populares, da diversidade dos rituais, das distintas formas de pensar e de praticar o culto a um só conceito, a um só esquema explicativo, a uma noção que congrega um conjunto de significados, que simplifica, caricaturiza e estereotipa aquelas pessoas, crenças e práticas que são consideradas heréticas, fora da ordem, estranhas, indefiníveis, incompreensíveis, pertencentes a tradições culturais exóticas, bizarras e atrasadas. Simplificar e homogeneizar o inimigo a combater, encontrar por toda a parte o mesmo rosto quando se trata de detectar o agente ameaçador, unificar uma dispersão, ordenar e hierarquizar o que parece caótico, reduzir o oponente a meia dúzia de traços, a uma definição sumária, criando uma situação de antagonismo maniqueísta, uma situação de conflito onde só podem existir duas posições possíveis: ou se está dentro ou se está fora, ou se está a favor ou se está contra aquela posição definida como sendo a ortodoxia, a norma, a verdade, a realidade. A estratégia da estereotipia, da criação de um sujeito inimigo homogêneo e unitário, funciona quando se trata de simplificar a complexidade da realidade, dos debates, quando se trata de ter como meta a desqualificação do oponente, a descaracterização do outro, sua completa anulação ou derrota. Quando o outro é visto como ameaça, quando a diferença é vista como desvio, quando a diversidade de pontos de vista é pensada como intolerável e inadmissível, se está no caminho de um julgamento do outro que caminha na direção de sua punição, de seu castigo ou de seu extermínio.

Considero que no momento em que Carlo Ginzburg se coloca no papel de crítico da historiografia, ele adota, de saída, esta estratégia de redução da diversidade e singularidade daqueles que pensam diferente dele. Através da adoção de epítetos como pós-modernos, narrativistas ou céticos, Ginzburg reduz a diversidade de posições destes autores, desconhece a singularidade de suas contribuições para

o campo da prática e do pensamento sobre a história, construindo uma situação artificial de polarização entre suas posições e as posições dos autores contra os quais fala, aos quais, muitas vezes, sequer nomeia e a cujas obras pouco se dá o trabalho de citar e comentar. Ele adota a estratégia muito presente no discurso jurídico e inquisitorial de homogeneizar seu alvo de ataque, de construir através de um conjunto sumário de traços e posições um sujeito oponente, ao qual se deve vencer através da argumentação, do ataque às suas posições, normalmente bastante resumidas e caricaturadas. Em entrevista dada a Maria Lúcia Pallares-Burke, ele próprio admite tomar os seus críticos como inimigos – o que também costumavam fazer todos os inquisidores - e diz ser seduzido pela estratégia do advogado do diabo – admite, pois, se aproximar do lugar de fala do advogado, mesmo que seja do diabo, que é o discurso judiciário -, embora me pareça que ele acredita estar sempre do lado do bem - o que pensam todos os sacerdotes -, que suas posições representam sempre a posição melhor e mais correta em relação à posição dos “inimigos” da qual quer se apossar para deslocá-la e desqualificá-la – discurso belicoso que se assentaria bem na boca de um militar⁸. Veja-se em que termos define o que seria o programa de pesquisa e o objetivo polêmico do seu conjunto de ensaios reunidos no livro *O Fio e os Rastros*:

*Contra a tendência do ceticismo pós-moderno de eliminar os limites entre narrações ficcionais e narrações históricas, em nome do elemento construtivo que é comum a ambas, eu propunha considerar a relação entre umas e outras como uma contenda pela representação da realidade. Mas, em vez de uma guerra de trincheira, eu levantava a hipótese de um conflito feito de desafios, empréstimos recíprocos, hibridismos. Com as coisas nestes termos, não era possível combater o neoceticismo repetindo velhas certezas. Era preciso aprender com o inimigo para combatê-lo de modo eficaz.*⁹

Tal como as bruxas ou os judeus, o historiador que advoga posições distintas das suas é um sujeito sem rosto e sem nome, um perigo, uma ameaça a que se deve combater como a um inimigo que ameaça tomar de assalto a cidadela inexpugnável da história científica ou como um pestilento que ameaça infectar de ceticismo o sacrossanto ambiente da história realista. Sua retórica é claramente beligerante, lançando mão de figuras de linguagem que remetem os embates no campo historiográfico para a lógica da guerra. Como um *benandanti*, Ginzburg, o andarilho ou talvez o profeta e missionário do bem, ataca inimigos imaginários agrupados em categorias genéricas e arbitrárias como os cétricos, os neocéticos, os pós-modernos, os narrativistas, os positivistas, que ameaçam tornar estéreis os campos da história, que ameaçam que a historiografia não colha bons frutos. Assim como faziam inquisidores e juízes, quando algum nome, quando algum corpo ou algum rosto vem ocupar o lugar de uma destas categorias, este nome, este corpo, este rosto deve ser lançado para o terreno do opróbrio. Como, parece que, para Ginzburg, no debate historiográfico, não se trata de discutir ideias, de debater

⁸ PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da História*. São Paulo: UNESP, 2000, p. 287.

⁹ GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 9.

conceitos, de questionar abordagens, de pôr em questão as versões do passado, mas se trata de uma guerra, de um combate contra um inimigo, de derrotar o oponente, lança-se mão, para isso, de todas as armas disponíveis, a principal delas, tão afeita a inquisidores e advogados de acusação: a desqualificação pessoal.

O que para muitos leitores desavisados ou cúmplices nada inocentes passam por análises historiográficas, notadamente no Brasil, onde alguns de seus enunciados a respeito de dados autores são veiculados como avaliações pertinentes de suas obras e de seus pensamentos, nada mais são do que ataques pessoais, avaliações adjetivas do outro, que visam produzir a desqualificação daquele que considera seu oponente. Ginzburg adota uma estratégia retórica e discursiva, surpreendentemente muito usada pelas hostes nazi-fascistas e stalinistas, a de tentar minar a adesão ao pensamento, a de tentar impedir o acesso às teses daqueles considerados adversários, pela produção da abjeção do outro. Ao invés de se atacar e de se discutir os argumentos e teses daqueles dos quais diverge, Ginzburg adota a estratégia de gerar a suspeita sobre o caráter e sobre as posições políticas e morais dos adversários. Explorando a exaustão a lógica da suspeita, tão presente tanto no marxismo, como nas ideologias totalitárias, Ginzburg exercita um verdadeiro trabalho de patrulhamento ideológico, de caça às bruxas no campo historiográfico, tais como faziam os inquisidores e juízes em relação ao campo religioso. Existe para ele uma espécie de ortodoxia historiográfica a defender, existem dogmas a serem preservados, nem que para isso tenha que se assacar, sobre aqueles que representariam posições teóricas e políticas distintas, adjetivos comprometedores, disseminando a suspeita em relação à integridade moral e intelectual daquele com quem debate. Exemplar a este respeito são suas declarações e escritos a respeito de Michel Foucault, nos quais jamais enfrenta ou discute as posições teóricas ou as conclusões de seus trabalhos, limitando-se a emitir avaliações sobre a pessoa do filósofo ou genéricas valorações adjetivas de sua obra e pensamento. O tom destas declarações é sempre depreciativo, demonstrando hostilidade e ressentimento em relação ao filósofo que um dia ousou responder com ironia a uma colocação feita por ele quando do debate em torno do livro *Vigiar e Punir* para o qual foi convidado como debatedor¹⁰. Ao tratar de Foucault, o porco-espinho que admite ser¹¹, não para de soltar farpas como estas:

... O que quero dizer é que havia vários Foucaults e um deles era muito, muito brilhante, mas, no meu entender, pouco original. Sob este ponto de vista, diria que Foucault é um autor extremamente superestimado, pois, em grande parte, nada mais é do que uma nota de rodapé a Nietzsche...

Pessoalmente, ele era extremamente agressivo – de fato, a pessoa mais agressiva que já encontrei –, e egocêntrico de um modo maníaco, o que lhe permitia vender a sua imagem com bastante eficiência. Lembro-me de estar uma vez num café de Paris conversando com E. P. Thompson e, por algum motivo, começamos a falar sobre Foucault. Foi quando Thompson disse algo que pensei ter ouvido errado: “Foucault

¹⁰ Ver: Mesa-Redonda em 20 de maio de 1978. In: PERROT, Michele (ed.). *Impossible prison: recherches sur les système pénitentiaire au XIXe siècle*. Paris: Seuil, 1980, p. 40-56.

¹¹ Ao ser colocado diante das duas categorias com as quais Isaiah Berlin distingue os intelectuais – raposas e porcos-espinhos – Ginzburg admite estar mais para porco-espinho do que para raposa. Ver: PALLARES-BURKE, *As muitas faces...*, p. 284.

é um *charlatão*”. Pedi que repetisse, tal minha surpresa, e era isso mesmo. Concordo que havia muito de *charlatão* em Foucault, mas não só. Muito de sua obra – a parte da retórica vazia – vai realmente desaparecer, mas há também coisas que merecem ser preservadas...¹² (grifos nossos). Ao terminarmos de ler este esclarecedor trecho sobre Michel Foucault, o que ficamos sabendo a respeito do que seria brilhante ou menos brilhante em sua obra? O que ficamos sabendo a respeito do que deveria ou não ser preservado em seu trabalho? O que ficamos sabendo sobre suas ideias a respeito da história, das discordâncias teóricas e metodológicas que o autor italiano teria em relação aos textos de Foucault? Em meio a uma saraivada de adjetivos, que fizemos questão de sublinhar, todos voltados para desqualificar a pessoa de Foucault, a pessoa privada, que não interessa imediatamente ao fazermos uma análise do que produziu e das contribuições que deu para a escrita da história e para a história de determinados temas, nenhuma análise crítica e rigorosa dos seus escritos nos é apresentada. Todas as pesquisas originais que realizou, toda a erudição de seus escritos, todos os conceitos e categorias que formulou, todas as intervenções intelectuais e políticas que fez ao longo de sua vida, com as quais se pode concordar ou não, são reduzidas a ser uma simples nota de rodapé à obra de Nietzsche. Se, como o próprio Ginzburg admite, faltam estudos sérios sobre a produção de Foucault, este devendo ser resgatado da idolatria de seus seguidores, por que ele não realiza este estudo sério, preferindo, ao contrário, substituir a idolatria pela difamação? O uso da adjetivação é uma estratégia retórica e argumentativa muito utilizada em qualquer discurso que busca a desconstrução da reputação e procura alcançar a desonra de alguém, busca tornar o outro um ser infame, abjeto, abrindo brechas para que possa vir a ser punido, linchado, destruído, assassinado legitimamente. A estratégia da infâmia perseguiu durante gerações a grupos humanos no Ocidente como os árabes e os judeus. A calúnia e o vitupério são uma das armas preferidas dos regimes de exceção, dos regimes totalitários quando querem eliminar alguém suspeito de ser um adversário e um dissidente. Ela é uma estratégia que busca desautorizar o pensamento, a obra, desqualificando a pessoa. Como um bom inquisidor ou um bom juiz, Ginzburg submete Foucault a um duro julgamento público, com o agravante de que ele não só não estava presente, como já estava morto, não podendo mais comparecer ao tribunal instaurado pelo microhistoriador para fazer a sua defesa, estando fadado, pois, a ser considerado culpado de ser ele mesmo e de ter escrito as coisas que escreveu. Como sua defesa pode ser ainda realizada por seus seguidores, o Torquemada¹³ da historiografia, logo trata de também desqualificá-los, considerando-os suspeitos do crime de idolatria, afirmando que escrevem ainda pior do que ele, produzem montanhas de lixo intelectual em torno de seu nome e a partir de suas ideias, deixando, claro, portanto, que no seu tribunal historiográfico seus testemunhos não serão levados em conta. A obra de Foucault deve ser realmente muito incômoda para alguém que exerce o poder que seu lugar de intelectual e de historiador ainda vivo lhe dá. Desta maneira Foucault e seus escritos devem se assemelhar ao executado, ao supliciado que retornaria sempre para obsediar o sono do carrasco.

¹² PALLARES-BURKE, *As muitas faces...*, p. 303.

¹³ Referência a Tomás de Torquemada, frade dominicano, inquisidor-geral dos reinos de Castela e Aragão no século XV, confessor da rainha Isabel, a Católica, considerado o Grande Inquisidor, pelo alto número de condenações e execuções que presidiu, na perseguição a muçulmanos e judeus.

Mais acintoso e explícito é o uso retórico que faz do nome de outro morto, que comparece em seu discurso como argumento de autoridade, assim como inquisidores e juízes costumavam convocar em suas sentenças a presença dos escritos e das falas de ausentes considerados autoridades consagradas, que serviam de modelo e de referência para a sustentação de uma dada tese, a favor ou contra o acusado. Assim como se convocava a autoridade da palavra do próprio Deus presente nas escrituras ou se convocava ou se convoca, ainda hoje, a autoridade de alguém cuja tese se firmou como jurisprudência para se legitimar uma dada argumentação a favor ou contra um réu, Ginzburg na sua diatribe contra Foucault, convoca uma autoridade no campo historiográfico contemporâneo, alguém que, já estando morto, não poderá vir a desmentir as palavras e julgamentos que lhe atribui: Edward Palmer Thompson. A retórica usada neste trecho de suas declarações é claramente teatral, quase operística, gênero bem ao gosto dos italianos: numa ocasião em que desfruta da intimidade de uma conversa num café parisiense com o consagrado historiador inglês - o que por extensão lhe confere prestígio -, ao falarem, sem que se saiba o porquê, sobre o filósofo francês - toda fala de delação costuma se dizer desprezível, toda informação que se apresenta para colocar em maus lençóis alguém é apresentada como conseguida por acaso, sem nenhuma intenção prévia -, ele escuta Thompson afirmar que Foucault seria um charlatão. Ele titubeia, chega a duvidar de seus próprios ouvidos, pede, por favor, para que o historiador do fazer-se da classe operária inglesa repita a sua afirmação, e este repete sua sentença, sem que nenhum argumento seja aduzido para que se chegue a tal veredicto. Foucault queda condenado por charlatanismo sem que saiba ou que saibamos o que teria feito para ser assim considerado. Numa versão kafkiana da justiça, ou semelhante a algumas condenações realizadas pelo Santo Ofício, o herege queda perplexo perante seu julgador, sem saber direito do que está sendo acusado, o que fez para merecer a tipificação penal de que lhe acusam, o que foi que teria escrito ou feito para receber a infame designação. A categoria charlatão é brandida como os inquisidores brandiam categorias como bruxaria, feitiçaria diabólica ou sabá, enquadrando o comportamento do outro, suas maneiras de ser e pensar, para desqualificá-las e permitir o esquecimento, o soterramento, a negação do ser e da verdade do outro, negar o direito a diferença, a alteridade, ao desacordo e a diversidade. Foucault, como as bruxas, deve portar, a partir daí, a marca infamante em suas vestes, a mácula em seu nome, o estigma desenhado a fogo em sua calva testa e ter seus escritos queimados, lançados no novo índice, para que novos charlatões não se venham a produzir na moralizada e moralizante cidade dos historiadores. Thompson torna-se, assim, cúmplice na difamação. Por já ter ido lutar ao lado das falanges celestes, fala agora pela boca do italiano que, não demora em admitir, em tomar para si a sentença exarada pelo outro: sim, Foucault foi um charlatão, um escritor de frases de efeito, um praticante da retórica vazia. E, nosso historiador italiano que, nesta peça e neste passo, nos acaba de dar um exemplo do que considera ser uma retórica cheia, plena, um discurso carregado de substância, um discurso consistente, bate o martelo e decreta que Foucault deve ser desmascarado, deve ser descascado como uma cebola, até que dos vários Foucaults existentes, restasse apenas o Foucault que merecia ser preservado, depois que cumprisse a pena e fosse submetido a um longo período de expiação de suas faltas. O Foucault agressivo, o Foucault egocêntrico,

o Foucault maníaco, o Foucault superestimado – talvez seja este seu crime, ser superestimado –, o Foucault nota de rodapé, devia, após confessar e purgar todos estes pecados, no Purgatório intelectual de Bolonha ou da Califórnia, ser novamente admitido na ordem dos historiadores, onde havia lugar apenas para o Foucault brilhante, quase translúcido como os anjos e como outros defensores e partidários das Luzes, como o já angélico historiador dos costumes em comum e o historiador das bruxas e feiticeiras do bem.

Este mesmo tipo de estratégica retórica, inquisitorial e judiciária, ele vai usar para se livrar, com facilidade, de dois outros autores que considera serem responsáveis pela emergência, no interior da historiografia contemporânea, do que chama de teses cétricas, baseadas no que seria a redução da historiografia à sua dimensão narrativa ou retórica: Friedrich Nietzsche e Paul de Man. Na introdução ao livro *Relações de Força*¹⁴, ao buscar as raízes do que seria o relativismo cético presente nas formulações que chamariam a atenção para a dimensão retórica do ofício do historiador, contraditoriamente dá um soberbo exemplo do uso da retórica em nosso campo e, talvez ele não admita, de retórica sofística, aquela que tanto Sócrates como Platão vão criticar na antiguidade, e que terá em Nietzsche, justamente, um defensor. A complexa, sofisticada e criativa obra de Nietzsche, suas posições críticas quanto à noção de verdade prevalente em sua época, seu questionamento da imagem da Razão reinante em seu tempo, a centralidade que concede à linguagem na construção do mundo são explicadas por Ginzburg a partir de dois argumentos: um que pretende ter um caráter político e ideológico e outro que pretende ter, digamos, um cunho psicológico ou psicanalítico. Numa primeira passagem em que vai sutilmente sugerindo a existência de uma relação entre as posições de Nietzsche e o nazifascismo – sendo, agora, o morto condenado moralmente pelos crimes que fizeram, posteriormente, em seu nome – o historiador italiano, num claro recurso retórico, diz imaginar a emoção que ele teria sentido ao ler o *Górgias* de Platão por este se referir ao domínio dos mais fortes sobre os mais fracos; domínio que seria determinado por uma lei da natureza; a moral e o direito como a projeção dos interesses de uma maioria de fracos; a submissão à injustiça definida como moral para escravos. Em outro grande lance retórico, diz, então, que o personagem do *Górgias*, Cálicles, revelou Nietzsche a ele mesmo – o que significa, evidentemente, que Nietzsche tinha uma verdade única, interior, essencial, capaz de ser revelada, embora todo seu pensamento negue esta possibilidade –, embora, como admite o próprio Ginzburg, Nietzsche jamais tenha citado este personagem em seus escritos, mas, segundo nosso perscrutador de mistérios e bruxarias, o filósofo alemão implicitamente – felizmente o Sherlock Holmes dos indícios sabe ler o implícito – teria prestado homenagem a Cálicles por que este havia falado dos pequenos leões que a sociedade não consegue domar, o que seria o mesmo que a frase de Nietzsche – como sempre arrancada de seu contexto –, “o magnífico animal louro em busca de presa e vitória”, da *Genealogia da Moral* – que são realmente de uma semelhança aterradora. Para culminar, então, esta análise reveladora, precisa e honesta, brande o primeiro argumento forte contra Nietzsche, que explica toda a sua obra e nos esclarece sobre os seus conceitos: a altivez de Cálicles o candidatava

¹⁴ GINZBURG, Carlo. *Relações de força: História, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

à veneração pequeno-burguesa de Nietzsche pela diferença. Ou seja, a filosofia da diferença é explicada por um argumento sofisticado e sutil de classe: Nietzsche é um pequeno burguês, o cúmulo dos pecados, e essa condição social é suficiente para explicar todo o seu pensamento. Mas fiquei a me interrogar: Carlo Ginzburg não é também um pequeno burguês? E por que esta condição social não o levou a ter as mesmas posições que teve Nietzsche? Bem, mas estas perguntas incômodas não se devem fazer ao historiador italiano¹⁵. Em seguida apresenta o seu segundo argumento, mais sofisticado ainda por ser psicanalítico, embora, como sempre, baseado em suposições, segundo ele mesmo afirma – embora se diga um verista e um defensor do princípio da realidade: a hostilidade de Nietzsche ao cristianismo poderia ser explicada pelo seu complexo de Édipo mal resolvido. Em páginas que Nietzsche teria mantido ciosamente ocultas ao público, só agora reveladas pelo pesquisador do ocultismo, que não gosta de nada oculto, nosso detetive ou inquisidor vai encontrar a sua verdade, a verdade de seu comportamento anticristão, o motivo por seu comportamento herético: afrontar a memória do pai, um pastor protestante; isso tudo a pretexto de explicar sua posição quanto à centralidade da linguagem na construção do que socialmente se define como verdade. Nunca aprendemos tanto sobre esta questão candente.

As páginas dedicadas a Paul de Man são ainda mais reveladoras da estratégia retórica utilizada constantemente por Carlo Ginzburg em suas diatribes historiográficas, estratégia que Aristóteles¹⁶, autor tomado por ele, neste livro, como formulador de uma ideia de prova coerente com um saber narrativo e retórico, vai chamar de *ad hominem*, ou seja, aquela estratégia retórica que consiste em, a pretexto de atacar o argumento apresentado, atacar a quem o apresentou. O trabalho realizado pelo importante crítico literário belga, durante quarenta anos, um dos responsáveis – imperdoável crime – pelo surgimento do desconstrucionismo - o inimigo da vez a abater -, teria uma relação íntima com o uso por ele, por todo este período, de uma máscara, de um simulacro de si mesmo, que encobria o seu verdadeiro rosto de antissemita e de simpatizante, em certo momento, do nazismo. Por isso ele detestaria a ideia de que existiriam realidades e verdades para além das máscaras, que existiria um mundo real e político, para além dos textos¹⁷. Mais uma vez, o inquisidor-mor, o caçador de bruxas, conseguiria desqualificar toda uma obra pondo em suspeição o homem, o caráter, a atitude moral do autor. O idealismo de Paul de Man, segundo a leitura de Ginzburg, sua recusa da realidade, sua recusa da história nasceria da má-consciência, da vergonha de ter publicado entre 1940 e 1942 uma série de artigos antissemitas no *Le Soir*, um diário colaboracionista belga. Nenhuma palavra se diz sobre o rompimento de Paul de Man com estas ideias, a perseguição política que passa a sofrer, levando-o, inclusive, ao exílio nos Estados Unidos. O mesmo autor que omite uma boa parte da biografia de Paul de Man, o chama literalmente de mentiroso, por este ter dito provir da esquerda e da Frente Popular, relacionando a isto o fato do crítico belga dizer que no ato da leitura verdade e mentira estão inextricavelmente entrelaçados¹⁸. Ginzburg tem predileção por este tipo de inferências, em que um certo detalhe da vida do autor é imediatamente

¹⁵ GINZBURG, *Relações...*, p. 22.

¹⁶ Ver: ARISTÓTELES. *A retórica*. 7. ed. Madrid: Alianza, 2007.

¹⁷ GINZBURG, *Relações...*, p. 33.

¹⁸ GINZBURG, *Relações...*, p. 33.

articulado a uma frase sua, solta e fora de contexto, sem nenhuma mediação, e que explicitaria a verdade de seu pensamento. É com um misto de prazer e certo ar de vingança que Ginzburg diz ter agora revelado o segredo de Paul de Man¹⁹. Faz da delação do que seria o traço biográfico escondido e vergonhoso, que resumiria e seria a verdade de toda a vida de um homem e de toda a sua obra, atitude digna de qualquer dedo-duro – como os extremos políticos tendem a se parecer em suas práticas –, o único argumento para acertar um golpe de morte no que seria a perigosa e suspeita posição antirreferencial da retórica, defendida pelo autor, e que estaria agora contaminando a historiografia. Portanto, podemos concluir daí que todo historiador que não partilhe das posições do historiador italiano, deve ser investigado, sua vida deve ser submetida a uma devassa, pois algo de muito sórdido deve esconder. De um lado teríamos os puros e os invictos, do outro os maculados e pecadores. Não há dúvida que o nosso historiador nasceu no país em que reside o Papa. O caso de Paul de Man – caso tanto lembra a medicina, quanto o direito ou a psiquiatria – como o de Sarah Kofman, uma autora judia que na infância fora perseguida e que havia publicado um livro sobre Nietzsche e a metáfora, no início dos anos 70, vindo depois a se suicidar, seriam reveladores dos motivos que chama de extracientíficos que levaram a uma nova leitura de Nietzsche em meados dos anos 60 – já que científicos não apresenta nenhum – e os apresenta, com visível deleite, como desforras da realidade contra aqueles que a reduziram a mero efeito narrativo ou retórico, se a realidade assombrava a obra de Paul de Man metaforicamente, no caso de Sarah, a judia, a mártir - lugar clássico em que vão aparecer os judeus na obra do historiador italiano –, a presença da realidade foi literal e homicida²⁰. O que chama de relativismo cognitivo, político e moral destes autores e, por extensão, de todos aqueles que neles se inspiraram, nasceria de “inconfessáveis ressonâncias autobiográficas”, que o historiador italiano faz questão de fazer serem confessadas²¹. Como um inquisidor, juiz ou delegado de polícia dedicado, Ginzburg obriga os seus inquiridos, aqueles suspeitos dos crimes de ceticismo, relativismo, narrativismo, irracionalismo, pós-modernismo, a confessarem os crimes ainda mais hediondos que estas posições acobertam. Horror! Horror! Afinal descobrimos a verdadeira face de todos: antissemitas, fascistas, nazistas, anticomunistas. Só faltou dizer ateus²².

Mas a estratégia judiciária, a estratégia inquisitorial, que preside as querelas historiográficas sustentadas por Carlo Ginzburg, nunca se explicitou de forma tão contundente como em seu enfrentamento ao espantoso mor do momento na historiografia: o espectro da literatura e da ficção. Nunca se excedeu tanto como na caçada à bruxa narrativista, encarnada pelo crítico literário norte-americano, Hayden White e, de vez em quando, por outro fantasma ausente, o semiólogo Roland Barthes. Para acompanharmos, passo a passo, o uso que Carlos Ginzburg faz do que chamarei de estratégias da delação e da suspeição na escrita de seus textos de crítica historiográfica, vamos tomar como objeto de análise um texto significativamente intitulado: *O extermínio dos judeus e o princípio da realidade*²³. Inicia o texto, no

¹⁹ GINZBURG, *Relações...*, p. 34.

²⁰ GINZBURG, *Relações...*, p. 35.

²¹ GINZBURG, *Relações...*, p. 36.

²² A exclamação constitui-se nas últimas palavras de Kurz, o protagonista de *O coração nas trevas* de Joseph Conrad, citado por Ginzburg na p. 37 de *Relações de Força*.

²³ GINZBURG, Carlo. O extermínio dos judeus e o princípio da realidade. In: MALERBA, Jurandir. *A História escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 211-232.

qual vai enfrentar o autor que se apóia na teoria dos tropos lingüísticos para analisar as obras de historiadores e filósofos da história, lembrando um *topos* ou motivo comum na cultura europeia, desde a Idade Média, o *topos* do complô hebraico. Em 16 de maio de 1348, a comunidade hebraica de La Baume, uma cidadezinha provençal, foi exterminada, acusada de difundir a Peste Negra lançando veneno nos poços, nas fontes e nos rios. Houve apenas um sobrevivente do massacre, que tratou de registrá-lo em poucas linhas escritas em um exemplar da Torá. Segue então citando exemplos de massacres a judeus, em momentos anteriores ou posteriores a este acontecimento, onde o tema do complô aparece como motivação para o desencadear das hostilidades por parte da população cristã. Os judeus, em certas ocasiões, aparecem associados a outras categorias consideradas suspeitas ou perigosas, como leprosos e muçulmanos. Na crônica escrita, no século XIV, por um monge anônimo do convento de Saint-Denis, sobre o suicídio coletivo de quarenta judeus numa torre de uma localidade perto de Vitry-le-François, Ginzburg identifica o que seria um *topos* historiográfico, já que o episódio, que conta ainda com a figura de um jovem que ao ser o último que deveria realizar o gesto extremo, ao invés disso, se apodera do ouro de todos os mortos e ao tentar fugir é apanhado e morto, apresenta muitas afinidades com duas passagens das *Guerras Judaicas*, do historiador Flavius Josefus. A obra de Josefus, bastante conhecida na Idade Média, poderia ser a fonte do relato feito pelo monge de Saint-Denis, que teria apenas reproduzido um *topos* historiográfico, que também parecia ter se reproduzido no relato feito pelo próprio Josefus do célebre assédio de Masada, a desesperada resistência dos judeus reunidos dentro da fortaleza, seguida do suicídio coletivo, também aqui com duas exceções: duas mulheres. Mas o que quer demonstrar Ginzburg com a narrativa destes episódios? Sua primeira conclusão é a de que, embora o monge anônimo, em seu relato, pudesse estar reproduzindo o *topos* encontrado no livro de Flavius Josefus, este fato não nos autorizaria a dizer que o suicídio coletivo de judeus não ocorrera verdadeiramente. Ou seja, Ginzburg quer demonstrar que um relato, mesmo sendo topológico – e me pergunto qual não seria –, mesmo partilhando deste aspecto com a literatura, com obras de ficção, pode se referir, pode narrar fatos que efetivamente ocorreram, conclusão com a qual, creio, todos concordam, mesmo aqueles que ele acusa de serem céticos. Estes apenas chamariam a atenção para o fato de que o *topos* ou os tropos dão forma ao que aconteceu, dando um sentido particular a eles, construindo-o de uma dada forma, impossibilitando que recuperemos o evento como efetivamente aconteceu, tarefa impossível até para quem fez parte dos eventos, que tende a ter uma visão parcial e limitada do que está ocorrendo e que, em casos como estes, talvez não tenha nem tido tempo de entender o que se passava, antes que fosse morto.

O texto segue então com um item em que convoca o que podemos dizer que seria o *topos* nuclear em toda sua obra, para acompanharmos o tema do texto, sua verdadeira obsessão: o extermínio de judeus pelo nazismo e a sua negação por parte da historiografia dita “revisionista”. É importante que retenhamos o nome deste primeiro inimigo a combater, pois disto se tirará consequências muito interessantes ao longo do texto: “os revisionistas” - Ginzburg e suas categorias sempre precisas-. Ele lembra que outro historiador judeu, Pierre Vidal-Naquet, já havia estabelecido o mesmo liame que ele agora tentava fazer, entre os massacres de judeus ocorridos na

antiguidade e narrados por Flavius Josefus e o extermínio promovido pelos nazistas no século XX. Mas, para Ginzburg o que é importante não é apenas a analogia entre os eventos, mas uma questão de método que eles levantam para os historiadores: a questão do testemunho. Nos dois episódios narrados por Josefus e pelo monge anônimo de Saint-Denis, após o massacre, restam sempre duas testemunhas, o que estaria de acordo com a tradição jurídica tanto hebraica quanto romana, que exigiam o relato de duas testemunhas para que fosse reconhecida uma questão em juízo. Ginzburg lembra, no entanto, que o discurso historiográfico obedece a regras e fundamentos epistemológicos que nem sempre coincidem com aqueles que presidem o direito. Um historiador nunca recusaria um testemunho, mesmo sendo solitário. Procuraria, sim, estabelecer o valor do testemunho submetendo-o a uma série de confrontos, ou seja, procuraria construir uma série que incluísse ao menos dois documentos. Ou seja, em poucas linhas saímos do uno para a exigência do duplo que ainda há pouco havia sido negada e a diferença em relação ao direito se desvanece. Após afirmar que o direito e a história possuem regras e fundamentos epistemológicos distintos, chegando a dizer que estaria fora de moda a analogia entre o historiador e o juiz que define a validade dos testemunhos, recua de forma significativa para dizer que a conexão entre prova e verdade, preocupação nuclear dos juízes, dos tribunais, dos inquisidores, do direito, continua sendo uma questão que a história não pode facilmente colocar de lado. Significativamente Ginzburg associa juiz, tribunal, testemunho, prova, verdade e historiografia. Talvez venha daí o seu gosto pelos julgamentos e sentenças, como veremos a seguir.

A seguir num breve item que se inicia novamente com a convocação de Pierre Vidal-Naquet e seu combate aos “revisonistas”, que agora ganham um rosto e um nome, Robert Faurisson vai tratar do que seria a descoberta por parte dos historiadores de que eles escrevem, entre aspas. Naquet, que perdeu a mãe em Auschwitz em 1944, teria razões morais e políticas para se preocupar com o revisionismo acerca do Holocausto e, embora reconhecesse em carta escrita a Luce Giard, incluída num volume em memória de Michel de Certeau, a contribuição que este dera para arranhar a inocência orgulhosa dos historiadores quanto ao fato de que o historiador escreve, produz um texto, constrói uma narrativa num dado espaço e tempo, sendo ele próprio produto deste lugar espaço-temporal, alerta para a necessidade, justamente por causa da possibilidade de se vir a afirmar que o extermínio de judeus e as câmaras de gás não existiram, não foram fatos, de se preservar a velha noção de realidade, no sentido evocado por Ranke no século XIX, “aquilo que de fato aconteceu”. Cita então trecho da carta de Naquet em que este fala que De Certeau era o antípoda de Faurisson, o revisionista, mas a distinção entre os dois é feita em termos que parecem não ter chamado a atenção de Ginzburg, De Certeau seria o antípoda de Faurisson, porque este último seria um materialista que, em nome da realidade mais tangível, tiraria a realidade de tudo que toca. Ao contrário do que se poderia esperar, e do que vai argumentar o próprio Ginzburg ao longo do texto, Certeau, o narrativista, é contraposto a Faurisson, o materialista e, no entanto, é o materialista, o que fala em nome da realidade, não aquele que reconhece a presença da linguagem, o irrecorrível caráter discursivo do que nomeamos de real, que nega a realidade da existência do extermínio dos judeus. Naquet continua afirmando que Certeau ficara abalado com os delírios de

Faurisson e lhe escrevera uma carta onde afirmava estar convicto da existência de um discurso sobre as câmaras de gás, de que tudo passava pelas palavras, mas que isto não queria dizer que não existia algo para além ou para aquém das palavras, que se poderia chamar, se assim quisesse, de realidade. Naquet termina fazendo a pergunta: sem esta realidade como se faz para distinguir romance de história? Como se Certeau ou os chamados narrativistas tivessem alguma vez dito que a realidade, enquanto um conjunto de eventos empíricos, não tivesse existência. O equívoco é pensar que a realidade se esgota na dimensão empírica dos eventos; esta é caótica e só se torna evento, tal como nós humanos entendemos, quando é organizada, nomeada, significada pela linguagem. Não basta que o extermínio de judeus tenha existido na “realidade”, na empiria, isto não garante sua existência, haja vista que enquanto ocorria, durante a guerra, muita gente o ignorava e, portanto, para elas não existia. Se Ginzburg e Naquet travam uma batalha discursiva em torno da existência ou não dos fatos ocorridos com os judeus, é porque, justamente, é aí no plano da linguagem, na luta em torno da verdade, que a “realidade” de um fato se estabelece e se constrói. O Holocausto existe, como o próprio texto de Ginzburg nos permite concluir, porque houve testemunhos, eles foram registrados, falados, contados, narrados. Não é, portanto, a existência ou não dos fatos concretos que difere literatura e história. A literatura pode se fazer a partir da “realidade” ou tratar de “fatos reais”: o que diferencia estes dois discursos é que eles obedecem a regras diferentes de produção.

A pergunta de Vidal-Naquet serve para introduzir o personagem que será então objeto de análise: Hayden White, de cuja obra, nos Estados Unidos, brotaria inevitavelmente a pergunta pela diferença entre romance e história. Depois de nos informar que as diferenças entre as práticas historiográficas de White e Certeau eram óbvias e, talvez, por isso, sobre elas nada vai dizer, ficamos sabendo que há uma certa convergência entre as obras *Metahistória* e *A Escrita da História*, destes dois autores, convergências que também ficamos sem saber quais são, a não a ser, possivelmente, que ambas teriam contribuído para que o historiador descobrisse que escreve, o que, convenhamos, é bem pouco. Para compreendermos plenamente a contribuição de White para o debate historiográfico, que devemos saber qual é de antemão, pois não se dá o trabalho de informar, Carlo Ginzburg escolhe como estratégia de investigação tratar de sua biografia intelectual. Como de costume, o historiador italiano, ao invés de enfrentar os textos, os argumentos, discutir os conceitos, a abordagem, as ideias, a prática historiográfica do autor norte-americano, escolhe como caminho “metodológico”, para fazer a crítica historiográfica à contribuição de Hayden White, tratar de sua pessoa, de sua biografia intelectual que, como veremos, vai muito além disso. Como um juiz, um inquisidor ou um bom delegado de polícia de costumes, resolve investigar a vida pregressa, o passado de White. Passa então a investigar o acusado dos graves crimes de ter acabado com a diferença entre história e literatura e, pior ainda, de ter liquidado com a realidade.

Como se faz com todo aquele que está sendo acusado de alguma conduta criminosa, a investigação se inicia pela procura de seus parceiros, de seus sequazes. Iniciando o inquérito historiográfico vamos surpreender White, no ano de 1959, em péssimas companhias, dedicado a apresentar ao público norte-americano a tradução de um livro escrito por um dos mais estreitos sequazes de Croce – este

linguajar de delegacia de polícia é do próprio Ginzburg. Não é, como poderiam supor, caros leitores, uma metáfora deste autor “pós-moderno, que vos fala –, Carlo Antoni, onde White, pasmem, se refere ao ensaio de juventude de Croce, *A história incluída sobre o conceito geral de arte*, como uma contribuição revolucionária. Nesta apresentação, onde expressa um entusiasmo pelo texto de Croce que irá matizar mais tarde, ao tratar do autor no seu livro *Metahistória*, já apareceriam alguns elementos da obra sucessiva de White: o interesse pela construção de uma ciência geral da sociedade e o interesse pelo lado artístico da história. Embora tenha começado sua vida de descaminhos como um sequaz de Croce, White vai lentamente dele se afastando, mas o faz, por discordar do mestre, ao qual continua elogiando como o historiador mais dotado entre todos os filósofos da história do século passado e por sua atitude “irônica”, por não concordar, justamente, com o seu conceito de arte como uma representação literal da realidade, ou seja, por sua postura realista. Mas, se fôssemos investigar também o pensamento de Croce, descobriríamos que seu idealismo, crime dos crimes, se deve à influência sobre ele exercida, por uma convivência estreitíssima de vinte anos de vida intelectual com Giovanni Gentile. Espero que você leitor não perca nenhum lance desta trama que estamos começando a desvendar: os personagens são obscuros, mas a luz da razão começa a cair sobre eles. Continuemos. Croce ao traçar um quadro retrospectivo de sua vida intelectual chega a confessar que o reconhecimento da identidade entre história e filosofia se deu sob o impulso dos estudos de Gentile, a quem chama, isto é fundamental, de meu caríssimo amigo. No entanto, mais tarde as “intrínsecas ambigüidades de identidade”, a pretensa convergência entre as posturas de Croce e Gentile – os criminosos costumam ter dificuldade com a identidade, costumam comumente fraudá-la – “vêm a plena luz” – felizmente isto também costuma acontecer, a identidade falsa dos meliantes terminam vindo a luz, graças a habilidade de algum investigador brilhante. Enquanto Croce se move na direção de dissolver a história na filosofia, Gentile se move na direção oposta, recusando a identidade entre historiografia e história e identificando o historicismo como uma metafísica histórica. A separação entre os dois intelectuais italianos se aprofunda ainda mais quando Gentile reage a um ensaio escrito por Croce, intitulado *Anti-historicismo*, ensaio polemicamente antifascista. Esta digressão que sintomaticamente se inicia com White entre os sequazes de Croce para terminar com as relações entre Croce e Gentile azedadas pelo fascismo, serve para Ginzburg concluir a primeira parte do inquérito sobre os antecedentes de White, e apresentar suas primeiras conclusões, suas primeiras certezas: o desenvolvimento intelectual de White só pode ser entendido se levarmos em conta suas relações, mais do que suspeitas, com o neo-idealismo italiano – outra categoria de extrema clareza; na abordagem tropológica proposta por White em *Trópicos do Discurso*, ainda se podem encontrar traços do pensamento de Croce, como sua crítica ao realismo e a afirmação de que os discursos constituem o objeto que pretendem descrever e analisar objetivamente.

Ginzburg, indo então à obra de White, identifica outros parceiros do autor quando se trata de professar esta postura neo-idealista, esta “posição subjetivista”. O que seria uma posição subjetivista? Ainda não sabemos e nem ficaremos sabendo, neste autor que prima pela definição dos conceitos que utiliza - será que para os inquisidores as bruxas assumiam uma posição por demais subjetivista? - O ogro de sempre está

lá, Michel Foucault, a quem White, significativamente teria decodificado por meio do pretense pai fundador do neo-idealismo italiano: Giambattista Vico – manter a lógica da suspeita, de que tudo é possivelmente não verdade, embora o autor seja um defensor da verdade, da realidade, seja lá o que isso significa, é fundamental para o investigador - e não se questione que a precisa e preciosa categoria de subjetivista serve para nomear tanto autores do final do século XX quanto do início do XVIII, sem nenhum problema, embora o crítico seja historiador e se auto-nomeie um paladino em defesa da virgindade da donzela historiográfica ameaçada de ser violada pelos sequazes do subjetivismo. Ou seja, quedam identificados mais dois cúmplices de White na empresa de dissolução da diferença entre realidade e discurso, história e literatura: Foucault e Vico – que péssimas companhias. Mas não para por aí, porque este bando parece contar com muitos adeptos: a afirmação de White de que os discursos criam os seus próprios objetos – e como não fica claro para estes energúmenos, de uma vez por todas, que o objeto embora seja do discurso existe fora dele e antes dele, já pronto, só para que o discurso vá lá e se apodere dele – parece reverberar não só a insistência de Croce na existência de uma linguística geral combinada com o subjetivismo radical de Gentile, segundo quem a historiografia cria seu próprio objeto, a história, – agora sabemos que pode haver dois subjetivismos, um radical e outro não radical, a trama se torna cada vez mais complexa, novos personagens entram em cena, sempre muito bem descritos e definidos, não se percam leitores, este romance policial vai longe. Nossa eu disse romance, novela? O italiano vai me matar –. Esta afirmação também reverberaria as palavras de um outro personagem da mesma camarilha narrativista, o semiólogo francês Roland Barthes, palavras usadas, e isso é mais um indício, um sinal contra White, como epígrafe de um de seus escritos: o fato não tem mais do que uma existência linguística – meu Deus, como pode dizer isto? É claro que os historiadores podem pegar e apalpar todos os dias os corpos carnudos dos fatos – ou seja, nosso detetive - não terá sido mera coincidência a relação estabelecida entre o método indiciário do historiador e do detetive Sherlock Holmes em texto famoso do historiador italiano -, pode concluir exultante, as leituras feitas de Barthes, no início dos anos oitenta, reforçou um “esquema preexistente” – continuamos em meio ao uso de metáforas policiais, embora estejamos lendo um texto crítico em relação ao caráter tropológico da linguagem historiográfica.

Mas eis que chegamos ao momento crucial da investigação acerca de White, o momento mais difícil para nosso historiador-detetive: definir o papel que Gentile teve nesta trama diabólica, pois, pelo que ele sabe White nunca citou os escritos de Gentile, nem analisou seus escritos. Mas, é muito fácil pressupor, diz Ginzburg, – eu não sabia que historiador podia fazer isso, pressupor não está no campo da imaginação e, portanto, no campo da *ficção* – que um estudioso do neo-idealismo italiano como White tenha familiaridade com a obra de Gentile. Preste atenção leitores a este passo da argumentação: não se pode dizer que White leu ou estudou Gentile, apenas se pode pressupor sua familiaridade com o que seria a sua tradição filosófica. Mas como veremos logo a seguir no texto a pressuposição, a suspeita vira verdade e White é acusado de ser um sequaz de Gentile em suas posições políticas. Este tipo de construção de tramas é muito comum quando se quer acusar alguém sem provas, as provas tão reivindicadas pelo autor italiano, ela é bastante comum em

regimes totalitários de todos os matizes ideológicos. Mas continuemos acompanhando a argumentação do texto, porque agora, Ginzburg chega onde queria chegar desde o princípio: nos informa da estreita relação de Gentile com o fascismo, até a sua trágica morte, de sua adesão ao idealismo de Hegel através de uma leitura original dos escritos filosóficos do jovem Marx. Teria interpretado erroneamente o conceito de práxis de Marx, considerando-o um conceito que implicava a identidade entre sujeito e objeto, enquanto o Espírito criaria a realidade. Esta apresentação de Marx travestido em um filósofo idealista - troca de vestes é um elemento essencial de qualquer trama policialesca – teria exercido um peso considerável na vida intelectual italiana. Até o insuspeito Gramsci ecoava, ao usar a expressão “filosofia da práxis” ao invés de materialismo histórico um ensaio de Gentile a respeito de Marx, onde este eliminava o materialismo do pensamento de Marx. À luz desta leitura de esquerda da obra de Gentile, da contiguidade de sua filosofia com o futurismo, poderíamos entender um manifesto pela nova historiografia em chave modernista escrito por White em 1966, que atacava o que seriam as ortodoxias historiográficas liberais ou marxistas, em que o subjetivismo extremo – surge agora mais um subjetivismo, o extremo. O que será que o caracteriza? Não perguntem estas coisas incômodas ao nosso crítico de historiografia. Ele não é filósofo, é historiador, pode investir assim como um miura furioso no campo filosófico como fez Foucault no campo historiográfico – tinha um sabor radical, numa situação em que desejo era uma palavra de esquerda – e as palavras se classificam assim, que interessante – e realidade era uma palavra de direita. Leitores, perdoem a sofisticação do argumento, pertence a Ginzburg, não ao narrativista que vos fala.

Continuando a investigação, indícios mais incriminadores são descobertos contra o subjetivista radical, extremo, o intelectual que se pensava de esquerda por usar a palavra desejo num texto historiográfico: ele costuma ter atitudes de fuga da realidade – o que evidentemente é monopólio dos subjetivistas -, atitudes avaliadas pelo nosso investigador, agora travestido, ele sim, de psicólogo forense, como sendo simplistas, quando não suicidas; teria fascínio pelas atitudes céticas e o pior dos crimes: se pronunciou contra as revoluções, sejam aquelas do alto, sejam aquelas de baixo – será que as revoluções de baixo têm alguma coisa a ver com a palavra desejo? White associaria, equivocadamente ceticismo, relativismo – o que será isso, vocês ainda insistem em perguntar - e tolerância política. Mas esta autodefinição de White passa então a ser comparada com as posturas de Gentile, e ficamos perplexos perguntando o porquê. Se ele não conheceu, lera ou estudara Gentile, por que suas posições políticas ou teóricas teriam que ser comparadas com as de Gentile? Logo ficaremos sabendo. Passa então a comparar White com Gentile: a polêmica de Gentile com o positivismo não levava a posições céticas, mas metafísicas, Gentile jamais foi um relativista, ao contrário, foi um homem que auspiciou um empenho religioso tanto no plano filosófico, como no plano político e naturalmente jamais teria teorizado sobre a tolerância política, como testemunharia a apologia feita por ele do fascismo, mesmo nos seus aspectos mais violentos como o squadrista, demonstrado ainda por sua definição do porrete como força moral feita em um comício em 1924.

Agora, feita a minuciosa investigação, ouvidas ou lidas todas as testemunhas, mesmo aquelas que nunca estiveram na cena do crime, como Gentile, Ginzburg,

como qualquer acusador, como qualquer juiz ou inquisidor pode dar o veredicto acerca das motivações secretas, escabrosas, das posições céticas, pós-modernas, narrativistas, subjetivistas de White. Elas não estão na sua obra ou no seu pensamento, que nem merecem análise, mas na sua vida, nas suas posições políticas e morais. Como se retomasse o *topos* do complô, com que iniciou o texto, e que vitimou milhares de judeus, ao longo da história, o historiador judeu e de esquerda, descreve um verdadeiro complô armado por pensadores idealistas, neo-idealistas e fascistas para destruir a cientificidade da história, questionar o princípio da realidade, pois assim poderiam continuar perpetrando seus crimes, sem temerem o testemunho da história, sem temerem a verdade histórica, a realidade histórica que um dia viria à tona pelo trabalho paciente e diligente de um historiador materialista, realista, científico, objetivista, verista, factualista – desculpem a lista de conceitos sem definição, são apenas os possíveis antípodas dos lugares de sujeito imaginados por Ginzburg – tal como faziam agora os revisionistas, que ameaçavam apagar a memória do Holocausto.

Se vocês leitores acompanharam o argumento do texto, ele é de uma clareza, de uma limpidez, de uma precisão, surpreendentes: White leu Croce, Croce leu Gentile, Gentile foi fascista; embora não se saiba se White leu Gentile, como estava familiarizado com o neo-idealismo italiano através de Croce e seus sequazes e estes com certeza leram Gentile e este além de fascista foi simpático ao modernismo, logo como White também escreveu textos simpáticos ao modernismo e a Croce, ele é fascista. Isto equivaleria a dizer leitores que - duvidando um pouco da inteligência e argúcia de vocês, que não devem ser tão pronunciadas como as de Carlo Ginzburg -, partindo dos indícios que ele mesmo forneceu, poderíamos pressupor – se isto é permitido – ou concluir através de insinuações, como faz Ginzburg e como costumam fazer todos que querem caluniar alguém sem correr o risco de ter que, aí sim, comparecer aos tribunais para prestar contas do que disse: Gramsci leu Gentile, Gentile leu Marx, Ginzburg leu Gramsci e diz ter retornado a ler Marx, como Ginzburg leu Gramsci que leu Gentile, que foi adepto do fascismo, logo não só Gramsci mas o próprio Ginzburg são também suspeitos de fascismo até provem ao contrário. Ou melhor, ainda: Stalin leu Marx, Pol Pot leu Stalin que leu Marx, logo Marx é responsável pelo genocídio no Camboja cometido por Pol Pot e seus sequazes do Khmer Vermelho ou, no mínimo, pelos crimes de Stalin. Isto é o que se chama lógica dedutiva. Como vemos, ela resulta num primor de análise quando a aplicamos a história, quando a utilizamos para interpretar indícios e sinais deixados pelo passado.

Termina seu inquérito, o seu arrazoado, tentando corrigir White e dar a ele lições sobre a tolerância e a defesa do direito à discordância, tudo o que ele próprio não parece exercitar ao longo de seu artigo. E conclui, com palavras que considero reveladoras, elas dão a pensar mais sobre ele mesmo, do que estaria disposto a aceitar: “quando as divergências intelectuais e morais não são coligadas em última análise a verdade, – ou seja, só existe uma verdade e Ginzburg parece estar de posse dela- não há nada a tolerar”, - daí talvez advenha o tom de intolerância e de caça às bruxas que se espalham pelos seus artigos quando se trata de discordar de outros historiadores. Embora atribua a White, por inspiração de Gentile, uma concepção moral da verdade que, apoiando-se na ideia de eficácia, seria semelhante a do cacete como força moral, é ele que não cansa de distribuir bordoadas em

todos aqueles que julga não estar de acordo com a verdade e com a moral, por não estarem de acordo com sua visão ou versão da verdade e sua concepção de moral. Se isso for ser tolerante, o que será a intolerância?²⁴ Que eu saiba, a tolerância não era algo que costumava preocupar os inquisidores quando estes perseguiam bruxas e hereges: o fato de estarem do lado da verdade, da moral e do bem justificava e deixava a consciência tranquila em relação a tudo o que faziam. Quando a crítica historiográfica se apóia em tais pressupostos, quando se torna mera avaliação moral, em termos de bem e de mal, nós sabemos que a única coisa que dela não podemos esperar é o esclarecimento de ideias e conceitos, ela não passa de combustível para a fogueira das vaidades que ameaça queimar a todos os hereges que venham a discordar dos sacrossantos dogmas reinantes.

RESUMO

A formação de Carlo Ginzburg como historiador esteve intimamente ligada à temática da bruxaria, da feitiçaria, da caça às bruxas. O presente artigo desvenda o interesse do historiador italiano por esta temática, além de representar a abordagem de elementos da cultura popular e um esforço para trazer para o interior da história a presença das classes subalternas, o seu cotidiano e modos de viver e pensar, premissas políticas e acadêmicas condizentes com o marxismo, postura política e teórica que herda de seus pais. Essa temática também se relaciona com a vida de um historiador de descendência judia, que teve sua vida marcada pela morte do pai, graças à intolerância do fascismo.

Palavras Chave: Teoria; Historiografia; Inquisição.

ABSTRACT

The formation of Carlo Ginzburg as an historian was closely linked with witchcraft, sorcery and witches hunting thematics. This paper intends to reveal this Italian historian interest for these subjects, that also represents the research of popular culture elements and an effort to bring to History the low classes, its daily life and ways of thinking and living, politics and academics premises that agrees with Marxism, a political and theoretical position inherits of his parents. This thematic it's also related with a Jewish descent historian life, signed for his father death, caused by Fascism intolerance.

Keywords: Theory; Historiography; Inquisition.

²⁴ GINZBURG, O extermínio..., p. 224.